

ARTIGOS E PARECERES

- 312** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: ENTRE A ONTOLOGIA E O PRAGMATISMO
Juliana Faria, Élide Graziane Pinto
- 324** LIMITAÇÕES AOS LANCES NO PREGÃO E A APLICAÇÃO DA IN Nº 03/2013
Ronny Charles Lopes de Torres
- 330** DOIS TEMAS EM LICITAÇÕES: 1) A EXIGÊNCIA DE CAPITAL SOCIAL MÍNIMO CUMULADA COM A EXIGÊNCIA DE GARANTIA. 2) A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE BANCO OFICIAL PARA FOLHA DE PAGAMENTO
Gina Copola
- 332** LICITAÇÃO E O DESAFIO DA ORÇAMENTAÇÃO: UMA FUNÇÃO ORGANIZACIONAL
Paulo Guilherme Hostin Sämy
- 335** A ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL DE TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REALIZAR LICITAÇÃO DESTINADA À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS
Luís Henrique Assis Nunes
- 340** QUESTÕES CONTROVERSAS SOBRE A NEGOCIAÇÃO EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
Elvira Carolina Moreira de Rezende

TRIBUNAIS DE CONTAS

- 346** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
O fiscal do contrato deve conhecer limites e regras definidos em lei para alterações contratuais
- 357** TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Viabilidade de contratações rotineiras de serviços comuns de engenharia por registro de preços
- 367** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Impossibilidade de os Municípios fixarem novos valores para as modalidades licitatórias

JURISPRUDÊNCIA

- 376** TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Exigências de qualificação técnica razoáveis não caracterizam restrição imotivada à competitividade

EMENTÁRIO

- 381** Contrato – Atraso imputável à Administração – Ilegalidade na aplicação de multa

381 Contrato – Fiscalização – Resguardo de responsabilização

381 Transporte coletivo – Permissão precária – Impossibilidade – Dever de licitar

382 Habilitação – Objeto social incompatível – Fraude na licitação

DÚVIDAS DOS ASSINANTES

384 CONTRATO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS – EXTINÇÃO – INDENIZAÇÃO

386 CONTRATO DE SEGURO – SINISTRO – PAGAMENTO DA FRANQUIA – SINDICÂNCIA

LEGISLAÇÃO ESPECIALIZADA

390 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional